



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Julho

Nº 484



INVENTÁRIO DAS DINASTIAS LUSITANAS

“O fraco rei faz fraca a forte gente”

Luiz Vaz de Camões

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

Introdução

Diversos povos deram origem ao povo português ao longo da História, começando na pré-história. O primeiro povo do qual se tem notícia foram os íberos, em toda a península. Aos íberos, somaram-se, com o tempo, os lígures e os celtas, durante o século VI aC, resultando nos celtíberos. Os íberos eram originários do norte da África.

No interior do grupo celtíbero passou a existir um sub-grupo que se denominou, ou foi denominado, de lusitanos. Este sub-grupo passou a habitar a região que corresponde, hoje, ao território português.

A denominação “lusó”, ou “lusitano”, veio do latim “Lusus-i”¹. Esta expressão antecede à denominação “português”, que será vista oportunamente.

Romanos, germânicos (alanos, vândalos, suevos e visigodos), e, mais tarde, mouros, se sucederam no território lusitano. Os romanos chamavam os outros povos, estranhos ao Império Romano, de “bárbaros”.

Os lusitanos foram um dos povos mais influentes na região, fazendo perpetuar sua denominação ao longo do tempo.

Ao longo do século II aC, o território lusitano, assim como toda a Península Ibérica, foi tomada e ocupada pelos romanos. Foi, portanto, romanizada, com heranças e resquícios que permanecem até hoje.

Uma delas é o idioma latino, que se tornou dominante e é uma das bases da formação da civilização portuguesa.

Uma das primeiras cidades criadas pelos romanos foi Portus-Cale, conjunto formado pelas cidades do Porto e Cale.

Em italiano, idioma sucessor do romano, era Porto Gatelli, daí Portugal, português e expressões derivadas.

A partir do ano de 711 aconteceu a invasão árabe de Portugal, ou mais corretamente, da Península Ibérica, com o desembarque de tropas muçulmanas lideradas por Tariq ibn Ziyad, em Gibraltar (Jabal Tariq).

A conquista foi rápida e abrangente, resultando no domínio islâmico de grande parte da península, incluindo o território que hoje corresponde a Portugal, conhecido como al-Andalus, com a parte ocidental sendo chamada de al-Garb.

Os muçulmanos permaneceram na Ibéria até o século XV, portanto um total aproximado de 780 anos. Permaneceu, fortemente, a cultura, a língua e a arquitetura.

No período chamado da Reconquista, os mouros perderam grande parte de seu território na Península no final do século XIII.

Finalmente, em 1492, os Reis Católicos de Castela e Aragão conquistaram o Reino de Granada e expulsaram os últimos mouros da Península. A maioria dos refugiados estabeleceu-se no norte de África.

Antes disto, a criação do Condado Portucalense no século IX (anos 800 a 900) marcou o início da formação de Portugal como nação.

Além dos povos já citados, influências diversas como a dos fenícios, gregos, judeus sefarditas² e ciganos também se fizeram presentes em Portugal.

O português, língua neolatina, evoluiu a partir do latim vulgar e recebeu influências de outras línguas, incluindo o árabe e as línguas dos povos que habitaram a região.

As dinastias lusitanas

Em Portugal, houve quatro dinastias que governaram o reino, nesta sequência: a Dinastia de Borgonha (ou Afonsina), a Dinastia de Avis (ou Joanina), a Dinastia Filipina (ou de Habsburgo) e a Dinastia de Bragança.

¹ Lusus-i era o filho de Líber, que deu seu nome à Lusitânia. Líber era uma divindade greco-romana identificada com Dionísio, deus da natureza, da fertilidade, da vegetação, do vinho e do êxtase. Sua contraparte feminina se chamava Líbera.

² O termo "sefardita" deriva da palavra hebraica "Sefarad", que significa Península Ibérica.

- As dinastias e seus períodos de governo:

- **Dinastia de Borgonha (ou Afonsina):** de 1139 a 1383. Esta dinastia foi a primeira a governar Portugal, com destaque para a independência do Condado Portucalense e a conquista de territórios aos mouros.
- **Dinastia de Avis (ou Joanina):** de 1385 a 1580. Marcada pela expansão marítima portuguesa e pelo início da Era dos Descobrimentos, com figuras como o Infante Dom Henrique.
- **Dinastia Filipina (ou de Habsburgo):** de 1580 a 1640. Foi o período da União Ibérica, com a Espanha e Portugal sob o mesmo reinado de 1580 a 1640.
- **Dinastia de Bragança:** de 1640 a 1910. Foi a última dinastia portuguesa, marcada pela Restauração da Independência de Portugal em 1640 e pela influência da Casa de Bragança em Portugal e no Brasil.

Os monarcas de cada dinastia

A Dinastia de Borgonha, com nove monarcas, foi consubstanciada pelos seguintes reis e períodos:

- **Afonso I (1139-1185):** conhecido como "O Conquistador", foi o primeiro rei de Portugal e consolidou a independência do reino após a Batalha de Ourique;
- **Sancho I (1185-1211):** conhecido como "O Povoador", dedicou-se ao povoamento do território e à organização administrativa do reino;
- **Afonso II (1211-1223):** conhecido como "O Gordo", promoveu reformas legislativas e administrativas;
- **Sancho II (1223-1248):** conhecido como "O Capelo", teve um reinado conturbado com conflitos internos e externos, culminando na sua deposição;
- **Afonso III (1248-1279):** foi "O Bolonhês"; conquistou o Algarve e consolidou a administração do reino;
- **Dinis (1279-1325):** conhecido como "O Lavrador, o Trovador e o Poeta", foi um rei sábio e empreendedor, incentivando a agricultura, a cultura e a construção de cidades;
- **Afonso IV (1325-1357):** "O Bravo", lutou contra Castela e enfrentou conflitos internos;
- **Pedro I (1357-1367):** chamado "O Justiceiro", ficou conhecido pela sua paixão por Inês de Castro e pela sua justiça; e
- **Fernando I (1367-1383):** conhecido como "O Formoso", foi o último rei da dinastia, enfrentando crises sucessórias e conflitos com Castela.

Os oito Reis da Dinastia de Avis foram:

- **Dom João I:** (1385-1433) - O fundador da dinastia, conhecido como "o de Boa Memória";
- **Dom Duarte:** (1433-1438) - Filho de D. João I, conhecido como "o Eloquente";
- **Dom Afonso V:** (1438-1481) - Filho de D. Duarte, conhecido como "o Africano";
- **Dom João II:** (1481-1495) - Filho de D. Afonso V, conhecido como "o Príncipe Perfeito";
- **Dom Manuel I:** (1495-1521) - Primo de D. João II, conhecido como "o Venturoso";
- **Dom João III:** (1521-1557) - Filho de D. Manuel I, conhecido como "o Piedoso";
- **Dom Sebastião:** (1557-1578) - Neto de D. João III, conhecido como "o Desejado"; e

- **Dom Henrique:** (1578-1580) - Tio de D. Sebastião, conhecido como "o Casto".

A Dinastia Filipina (de origem espanhola) ou de Habsburgo, com somente três reis, foi a seguinte:

- **Filipe I (1581-1598):** Também conhecido como Filipe II de Espanha, ascendeu ao trono português após a morte de D. Henrique, o último rei da Dinastia de Avis;

- **Filipe II (1598-1621):** Também conhecido como Filipe III de Espanha, reinou após a morte de seu pai, Filipe I; e

- **Filipe III (1621-1640):** Também conhecido como Filipe IV de Espanha, foi o último rei da Dinastia Filipina em Portugal, sendo deposto com a Restauração da Independência em 1640.

A Dinastia de Bragança reinou em Portugal e no Brasil a partir de 1808 e foi a mais longa:

Os catorze Reis em Portugal:

- **João IV** (1640 a 1656) - o Restaurador;

- **Afonso VI** (1656 a 1683) - o Vitorioso;

- **Pedro II** (1683 a 1706) - o Pacífico;

- **João V** (1707 a 1750) - o Magnânimo;

- **José I** (1750 a 1777) - este rei deixou o governo nas mãos do Marquês de Pombal;

- **Maria I** (1777 a 1815) - em 1792 passou a Regência do Reino para Dom João;

- **João VI** (1816 a 1826); foi príncipe regente de 1799 a 1816 como Dom João; neste período, em 1820, ocorreu a Revolução Constitucionalista do Porto;

- **Pedro IV** (Pedro I do Brasil) (26 de abril a 02 de maio de 1826); no Brasil, foi imperador de 1822 a 1831, quando abdicou; faleceu em 1834;

- **Miguel I** (1828 a 1834) - disputou a coroa com seu irmão, Dom Pedro IV;

- **Maria II:** dois períodos, de 1826 a 1828 e depois de 1834 a 1853; nascida no Rio de Janeiro em 1819, casou três vezes, sendo a última com o Príncipe Fernando Saxe-Coburgo-Gotha;

- **Pedro V** (1853 a 1861); enfrentou epidemias de cólera e de febre amarela;

- **Luís I** (1861 a 1889); período de grandes agitações, entre as quais a abolição da escravidão nas colônias portuguesas (1868);

- **Carlos I** (1889 a 1908); Carlos morreu assassinado em 1908, juntamente com o filho Luís Felipe; e

- **Manuel II** (1908 a 1910); foi o último monarca, em face da Revolução Republicana. Faleceu em 1932 na Inglaterra, onde passou a residir.

Os dois Reis no Brasil:

- **Pedro I** (1822 a 1831) e

- **Pedro II** (1840 a 1889).

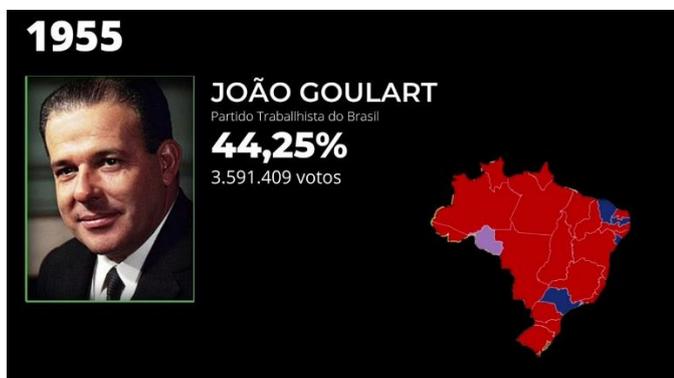
Encerramento

- Em 22 de agosto, oficiais-generais das três forças lançam um Manifesto⁴ contra o governo Vargas;
- Em 24 de agosto, acontece o suicídio do Presidente Getúlio Vargas; e
- A imediata substituição de Vargas pelo seu Vice João Fernandes Campos Café Filho.



DESENVOLVIMENTO

O ano de 1955 foi um “ano eleitoral”. Os candidatos à presidência da República foram Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD), Juarez Távora (UDN), Ademar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PRP). Os candidatos à Vice-Presidência foram os seguintes, na mesma ordem acima descrita: João Goulart (PTB), Milton Soares Campos (UDN) e Danton Coelho (PSP). Plínio Salgado não apresentou candidato a vice.



As eleições, realizadas em 3 de outubro, deram a vitória a JK, mas por estreita margem de votos. Foram 36%, enquanto Juarez Távora alcançava 30%, Ademar de Barros 26% e Plínio Salgado somente 8%.

Imediatamente, desencadeou-se uma campanha contra a posse de JK⁵.

A alegação era de que JK teria que atingir a maioria absoluta dos votos, o que não aconteceu.

⁴ Explicação obtida através da IA: O termo "Manifesto dos Generais" em 1955 refere-se a um documento conhecido como o "Manifesto dos Treze Generais", divulgado em 22 de agosto daquele ano, exigindo a renúncia de Getúlio Vargas. Este manifesto foi um dos fatores que levaram ao suicídio de Vargas em 24 de agosto.

⁵ Setores conservadores, civis e militares, temiam a continuidade das políticas populistas e nacionalistas de Getúlio Vargas. Esta foi a lógica da forte oposição à posse de JK, posto que este era herdeiro político do primeiro.

E então, em 31 de outubro, falecia o General Canrobert Pereira da Costa (abaixo, à esquerda), Presidente do Clube Militar, oficial que se caracterizou, nos últimos anos, por uma destacada conspiração contra Getúlio Vargas.



No sepultamento de Canrobert, o então Coronel Jurandir Bizarria Mamede (acima, à direita), que havia sido um dos signatários do Memorial dos Coronéis, apresentou um elogio ao falecido. Na alocução, que não estava prevista no protocolo, Mamede

“atacou os interessados em defender uma ‘pseudolegalidade imoral e corrompida’ e chamou de ‘mentira democrática’ um regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória da minoria. A referência à eleição de Juscelino era óbvia” (Fausto, 2002, p. 421).

O Ministro da Guerra, General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (abaixo, à esquerda), chegou à decidir-se pela punição ao Coronel Mamede, procurando com isso limitar e cercear a politização das FA.



Entretanto, Mamede era membro da direção e professor da Escola Superior de Guerra e, em função disso, estava submetido diretamente à autoridade do Presidente da República.

A situação estava assim suspensa, quando o Vice-Presidente Café Filho, no exercício da presidência, sofreu um ataque cardíaco. Tinha ele 56 anos de idade. Café Filho abandonou o poder e, em seu lugar, conforme a Constituição, assumiu o Presidente da Câmara de Deputados Carlos Coimbra da Luz (acima, à direita).

Luz se recusou a manter a punição do Coronel Jurandir Mamede, contrariando a proposta de Lott. Em face disto, o Ministro colocou seu cargo à disposição e foi demitido da pasta da Guerra.

Ainda na fase de transmissão do cargo ao sucessor⁶, que seria o General Álvaro Fiúza de Castro, Lott, ainda ministro, desencadeou um chamado “golpe preventivo”, que consistiu em uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito – Juscelino Kubitschek.

Esta ação foi desencadeada em 11 de novembro e, por ordem de Lott, foram mobilizadas tropas do EB sediadas no Rio de Janeiro⁷.

Estas tropas ocuparam prédios do governo, estações de rádio e sedes de jornais. Mas a situação ficou dividida. Enquanto o EB permaneceu ao lado de Lott, os ministérios da Marinha e da Aeronáutica posicionaram-se contra o golpe, por julgá-lo ilegal e subversivo.

E então, aconteceu algo inédito: as forças do Exército foram ordenadas a cercar as bases navais e aéreas, tudo para impedir um confronto entre as três forças armadas.

Ao mesmo tempo, Carlos Luz foi acusado de conspirar para não entregar a presidência da República a JK. Foi, portanto, um posicionamento contra a autoridade de Lott.⁸

A seguir, sentindo-se ameaçado em suas funções, Luz se refugiou a bordo do Cruzador Tamandaré, acompanhado por alguns de seus ministros e de outros políticos, inclusive Carlos Lacerda. Luz mandou a belonave se dirigir ao porto de Santos, na tentativa de organizar algum tipo de resistência em São Paulo.

O cruzador conseguiu escapar ao fogo das baterias das unidades de Artilharia de Costa sediadas no Rio.

Mas, ainda em 11 de novembro, o Congresso considerou, por maioria, Carlos Luz impedido, mesmo contra os votos dos udenistas. E a presidência passou para o Presidente do Senado Nereu de Oliveira Ramos (ao lado).

Permitiu, entretanto, o Poder Legislativo, que Carlos Luz, retornando ao Rio, pudesse reassumir a presidência da Câmara de Deputados.

Dez dias depois, por volta de 21 de novembro, aparentemente recuperado dos problemas



⁶ Lott alegou que precisava de tempo para “limpar as gavetas”.

⁷ O Gen Odílio Denys assumiu o comando da Zona Militar Leste, onde permaneceria até 1960. Com o suicídio do presidente Vargas, sua missão consistiu em manter a ordem na capital, impedindo depredações contra a embaixada norte-americana e o Ministério da Aeronáutica, alvos principais da indignação popular ante o desfecho dos acontecimentos. A conduta de Denys durante a crise foi elogiada por Lott, que decidiu mantê-lo no comando da ZML.

⁸ Denys era amigo pessoal de Lott, tendo aconselhado a este, ministro da Guerra, a realizar o contragolpe para depor o presidente em exercício, Carlos Luz, que planejava realizar um golpe com o apoio do deputado Carlos Lacerda contra a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, em 11 de novembro de 1955.

de saúde, Café Filho solicitou autorização para reassumir a presidência da República. Mas foi impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos no Executivo.

Nesta altura dos acontecimentos, a pedido dos ministros militares, com a situação militar sob controle, o Poder Executivo aprovou o Estado de Sítio por trinta dias, que foi prorrogado por igual período.

Este conjunto de circunstâncias e de medidas excepcionais foi o que garantiu a posse de JK e João Goulart em 31 de janeiro de 1956.

DESFECHO

Com a posse dos novos eleitos a crise foi controlada, embora ficasse subjacente. O período que se seguiu foi caracterizado por uma relativa estabilidade política. Conforme Boris Fausto:

“foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico e pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os ‘cinquenta anos em cinco’ proclamados por JK na propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população” (Fausto, 2002, p. 422).

O Alto Comando do Exército, principalmente, e os das demais FA, priorizaram as garantias do regime democrático com a preservação da ordem interna e o combate ao comunismo.

Para os militares, a ideologia comuno-socialista representava a inversão extrema da ordem social.

Como já foi dito muitas vezes, a lembrança de 1935 havia “calado fundo” nas corporações castrenses. E isto continua até hoje.

Ou seja, a lógica de 1964, por exemplo, foi a mesma que vigorou contra a Intentona de 35 e deverá ser, sempre, a mesma.

Outras crises aconteceram neste período conturbado da vida do país.

E então, em 1964, a maior delas – a Contra-Revolução Democrática de 31 de março, que foi um verdadeiro, e positivo, divisor de águas nas expressões política, social, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica do poder nacional do Brasil.

Referências:

CALMON, Pedro. História do Brasil, 7 vol. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil – Linha do Tempo. Porto Alegre: Renascença, 2025

Google/Wikipédia (imagens) (acesso em 29/06/2025).

(*) Coronel de Infantaria e Estado-Maior Veterano do EB.

@@

A DIPLOMACIA IDEOLÓGICA E NANICA GEROU O TARIFAÇO

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Ideologia Política pode ser entendida como um conjunto de ideias, crenças, valores, ideais e concepções de pessoas e grupos sobre como deve ser e se organizar uma nação em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e, conforme algumas ideologias, também religiosos (1).

Ideologias políticas utópicas radicais, à direita ou à esquerda, buscam a imposição autoritária ou totalitária do conjunto acima listado, conforme doutrinas próprias e sob a liderança de um partido único ou hegemônico.

Nelas, o Estado, delegado da nação por direito, é substituído pelo partido que, sendo partido, não tem legitimidade para representar a nação, apenas parte dela. Essas ideologias solapam a liberdade, a justiça e a soberania popular, pilares da democracia.

Não servem para o Brasil porque contrariam características do seu povo - democrata, centrista, patriota e conservador evolucionista (2).

O brasileiro esclarecido quer liberdade política e econômica com responsabilidade social e apoia políticas públicas para as camadas carentes, desde que não impeçam a continuidade do desenvolvimento.

Na maioria professa valores, crenças e ideais de forma impessoal. Não idolatra líderes populistas, ao contrário de seus tletes.

A Política Externa (vanguarda da defesa da Pátria) precisa focar o interesse nacional sem amarras ideológicas e evitar alianças (3) político-militares com potências ou grupos de potências, priorizando, na medida do possível, a neutralidade nos conflitos internacionais. Deve buscar o máximo de autonomia (liberdade de ação), diversificando parcerias em acordos econômicos, científico-tecnológicos (CT) e outros, bem como valorizar o poder militar, fator determinante para as posturas destacadas.

O interesse nacional, sem orientação ideológica, foi uma regra de ouro predominante em nossa diplomacia, antes e durante o regime militar, quando a Política Externa era de Estado e não de presidentes ou partidos. Essa realidade mudou com a ascensão da esquerda ao poder.

A contaminação ideológica e a terrível miopia estratégica têm sido desastrosas para o País ao confundir, ingenuamente, interesses mútuos momentâneos e pontuais com amizade, algo inexistente nas RI. Enamora-se, por afinidade ideológica, com ditaduras e países de histórico nada democrático e atrita-se com democracias e parceiros tradicionais do Ocidente cristão.

Num conflito permanente como o do Oriente Médio, em plena escalada, apoia os agressores e acusa o agredido de criminoso.

O Irã patrocina grupos terroristas genocidas contra Israel a quem também ameaça varrer do mapa. Isso, por si só, justifica atacar o autodeclarado inimigo para impedi-lo de ter a bomba atômica. Sem esgotar o rol de incompetências diplomáticas, destaco as propostas de substituir o dólar como moeda padrão no comércio internacional e transformar o BRICS em uma aliança política para desafiar os EUA no cenário geopolítico mundial.

Lula crê, pretensiosamente, que os parceiros do BRICS vão aceitar a liderança de um governante desgastado no Brasil e no cenário mundial; do presidente de um País sem poder militar, econômico, industrial e CT, que propõe empreitadas - quixotescas branca-leônicas - logo contra quem.

A consequência do nanismo diplomático de um governo que ignora seus limites na arena global foi o tarifaço de Trump. Reação, não só às ações e provocações do governo socialista brasileiro - um Zé Carioca provocando a Águia Americana - como também à escalada política para um regime de exceção com potencial para se tornar uma ditadura.

Se a retaliação evoluir para sanções/embargos, atingindo meios e recursos de alto valor agregado e relevância tecnológica, serão comprometidos inúmeros projetos civis e militares, a prestação de serviços e outras importantes necessidades nacionais. E agora?

Se o Brasil pagar para ver, provavelmente será atropelado e, se recuar ficará moralmente inferiorizado no contexto global. É a comprovação do desastre causado por governos de ideologias utópicas, dogmáticas e radicais a uma Nação que, aliás, é vítima das péssimas escolhas feitas ao eleger cinco vezes o PT para governá-la.

Outra vertente desse conflito diplomático com os EUA é a jurídica, que envolve aspectos ideológicos relacionados aos direitos e liberdades fundamentais, em especial, a liberdade de expressão. As ações e decisões do Judiciário brasileiro têm sido contestadas por importantes juristas, políticos, profissionais de mídia, empresários e autoridades nacionais e estrangeiras, inclusive dos EUA, como motivadas por ativismo político, partidarismo, violação de Direitos Humanos e intromissão ilegal em outros países, particularmente nos EUA.

Da avaliação do cenário e sua projeção no futuro imediato, julgo o tarifaço um erro político estratégico dos EUA, haja vista atingir em cheio setores nacionais - sociedade, economia e outros - não responsáveis pelas ações e decisões que motivaram o conflito, mas que vão arcar com o maior peso da retaliação.

Se os alvos fossem os atores diretos da questão diplomática, ou seja, autoridades governamentais, judiciárias e policiais, atingindo-as pessoalmente e não o Brasil, seria difícil alegar violação à soberania brasileira. Igualmente, ainda que os EUA se beneficiem em termos econômicos, isso não os compensará politicamente, devido ao grave prejuízo à direita brasileira, tanto para a democracia raiz, que não se amarra a líderes, quanto para a bolsonarista.

Esta última não conseguiu ou não tentou manter um parceiro draconiano como Trump [(“America First” (4)] limitado ao embate nos campos ideológicos, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais. Ele ultrapassou essa linha e, com o tarifaço radical, deu fortes argumentos eleitoreiros para a esquerda explorar nos temas soberania e nacionalismo e, mais ainda, no tema economia, ao lhe permitir apontar um pseudorresponsável pelo abismo onde o governo socialista jogou o País.

Criada a narrativa e uma vez bem orquestrada, uma grande parte dos eleitores, sabidamente alienada ou pouco esclarecida, será iludida para a eleição de 2026 de que a direita é apátrida e servil ao Tio Sam.

Enfim, foi um grave erro a ser corrigido, mas difícil de reverter, cujo prejuízo político atingirá periféricamente os EUA, mas afetará profundamente o Brasil.

Nas RI não existe amizade. O parceiro mais forte não pensará duas vezes em tomar ou não uma atitude, mesmo que ela prejudique o outro.

1 Parágrafo adaptado e modificado com base no artigo “Ideologia: significado, influência e importância na sociedade”, publicado por Natália Cruz (<https://querobolsa.com.br/enem/filosofia/ideologia>).

2 Admite a evolução (não revolução) na sociedade, desde que calcada na experiência histórica, costumes e tradições.

3 No nível de Política Internacional, não confundir Alianças (via de regra obrigam ou preveem ações políticas e ou militares conjuntas) com Acordos (podem abranger distintos campos do poder, mas não costumam ter obrigações como as das Alianças).

4 Nas RI não existe amizade. O parceiro mais forte não pensará duas vezes em tomar ou não uma atitude, mesmo que ela prejudique ao outro.

#####

Brasil na encruzilhada: tensões com os EUA e o imperativo da autonomia nas capacidades militares do País

Um alerta sobre vulnerabilidades críticas nas capacidades militares nacionais e sobre a importância da Base Industrial de Defesa

**LRCA Defense Consulting - 20/07/2025*

Uma possível decisão do governo brasileiro de revisar, e potencialmente encerrar, acordos e contratos militares em curso com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, conforme noticiado com exclusividade pelo portal [DefesaNet](#) em 18 de julho de 2025, acende um alerta de proporções inéditas.

Essa medida, motivada por um cenário de atritos diplomáticos e comerciais entre o presidente brasileiro e o presidente americano, levanta questões cruciais sobre a soberania tecnológica e a capacidade operacional das Forças Armadas do Brasil. Com mais de um bilhão de dólares em contratos via Foreign Military Sales (FMS), a guinada estratégica impõe uma reavaliação profunda das dependências militares e abre um caminho complexo, mas vital, em direção à autonomia.

O legado de uma parceria e suas vulnerabilidades

A cooperação militar de fato entre Brasil e Estados Unidos, consolidada ao longo de mais de sete décadas, enraizou-se nas estruturas operacionais das Forças Armadas Brasileiras. Agora, essa interdependência expõe vulnerabilidades críticas que serão abordadas no âmbito de cada uma das Forças Armadas.

Exército Brasileiro: o ponto de ruptura na sustentabilidade

O Exército Brasileiro (EB) mantém em operação diversos sistemas dependentes de fornecimento e *know-how* norte-americanos. Entre os mais sensíveis, destacam-se:

- 30 unidades do obuseiro autopropulsado M109A5+ BR, entre os 56 adquiridos dos estoques do Exército dos EUA, foram modernizados com assistência técnica americana.
- 584 veículos blindados M113, cruciais para logística e infantaria mecanizada. Destes, um programa de modernização com a BAE Systems foi implementado, visando atualizar 386 unidades para o padrão M113BR.
- Frota de helicópteros UH-60L Black Hawk, em operação no Comando de Aviação do Exército.
- Adicionalmente, a dependência se estende a 222 mísseis Javelin e 33 unidades de lançamento, em um negócio estimado em US\$ 74 milhões, com entregas previstas a partir de 2025.

A interrupção no acesso a peças, manuais, atualizações e treinamentos afetaria diretamente a sustentabilidade desses sistemas e reduziria a capacidade de interoperar com aliados que adotam doutrinas baseadas em padrões OTAN.

O projeto Guarani 2.0, que visa dotar os blindados VBTP-MR de uma arquitetura digital de comando e controle, também corre riscos por depender de componentes de criptografia e comunicação de origem americana. A perda de acesso a tecnologias críticas compromete diretamente a capacidade de comando e de consciência situacional no campo de batalha moderno.

Um caso ilustrativo é o da Venezuela, que, após embargos americanos na década de 2010, enfrentou dificuldades para manter sua frota de F-16, resultando em uma taxa de prontidão inferior a 20%, segundo relatórios do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Essa realidade serve como um alerta sobre os potenciais impactos em campo.

Marinha do Brasil: navegando em águas turbulentas

A Marinha do Brasil, embora menos exposta que a Força Aérea, também pode sofrer impactos significativos.

- A frota de Helicópteros SH-60 Seahawk, fundamentais para guerra antissubmarino, possui manutenção complexa dependente dos EUA.
- Sistemas de armas de fragatas classe Niterói e algumas embarcações da Esquadra ainda operam com sensores e subsistemas de origem americana. A dependência pode se estender a componentes para as fragatas Tamandaré e até mesmo ao Programa de Submarinos Nucleares (ProSub) que, mesmo liderado pela França, pode ser afetado por restrições em tecnologias dual-use, como sensores e comunicações.
- Projetos de vigilância naval com UAVs e sistemas C4ISR, em fase de planejamento, contavam com possível integração de tecnologia dual americana.

Com a crescente importância do Atlântico Sul e da Amazônia Azul na estratégia marítima brasileira, qualquer redução na prontidão operacional de meios navais representa um risco significativo para o País, haja vista que, sem acesso a peças e a códigos de software embarcado, o ciclo de vida operacional de alguns sistemas pode ser abruptamente encurtado.

Força Aérea Brasileira (FAB): o calcanhar de aquiles do Gripen, mas não só dele

A Força Aérea Brasileira (FAB) é, segundo a maioria dos analistas, a mais exposta à perda de acesso às tecnologias dos EUA.

Embora o caça F-39 Gripen seja um projeto sueco-brasileiro, cerca de 25% de seus componentes são de origem americana, incluindo sistemas de navegação e guerra ele-

trônica, bombas guiadas e armamentos inteligentes (como JDAMs), e interfaces de comunicação seguras compatíveis com os padrões NATO. O motor General Electric F414, de fabricação americana, é um ponto crítico para a frota de 36 caças, adquiridos por US\$ 5,4 bilhões.

Além disso, o E-99M, aeronave de alerta aéreo antecipado fundamental para o controle do espaço aéreo amazônico e da costa atlântica, possui radar Erieye de fabricação sueca, mas com integração de módulos críticos americanos.

O mesmo se aplica ao KC-390 Millennium, orgulho da indústria nacional. Apesar de projetado no Brasil, o avião incorpora motores, aviônicos e sistemas de missão desenvolvidos nos EUA. Eventuais embargos podem afetar não só a operação interna, mas também a capacidade de exportação do modelo, atingindo a imagem do Brasil como parceiro de confiança no mercado global de defesa.

Consequências estratégicas

A perda de interoperabilidade, a dependência logística interrompida e a ameaça à continuidade de programas estratégicos apontam para desafios graves e consideráveis. A suspensão de contratos pode alterar significativamente as estratégias de Defesa do Brasil. No curto e até no médio prazo, a redução da prontidão operacional de equipamentos-chave comprometeria a capacidade de resposta a muitas das ameaças em terra, mar e ar.

A exclusão de exercícios conjuntos com os EUA, como UNITAS e CRUZEX, limitaria a interoperabilidade com aliados da OTAN, reduzindo a eficácia em operações multinacionais. Além disso, a interrupção de acordos de transferência de tecnologia pode retardar ou até inviabilizar projetos de modernização nas três Forças.

Um caminho para a autonomia

Contudo, como uma moeda sempre tem dois lados, a crise também revela oportunidades latentes para inovação e modernização, mesmo que o pior cenário não se configure.

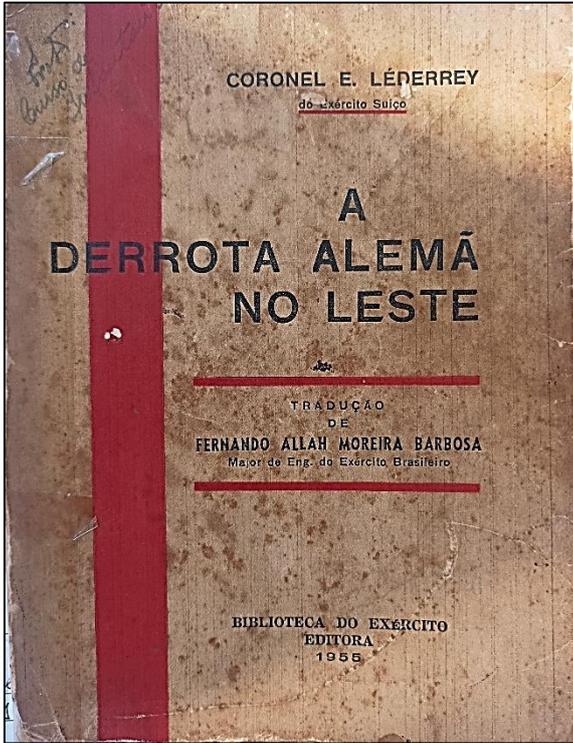
• Diversificação de parcerias estratégicas

A necessidade que seria imposta pela crise apontaria para a busca de novos parceiros com políticas de exportação menos restritivas, como Suécia, França, Israel, Turquia, Índia e Coreia do Sul. Especialistas já sugeriam que o Brasil reduzisse o peso dos EUA no setor de defesa e aumentasse as parcerias com outras potências que podem preencher lacunas deixadas pelos EUA. A "guinada radical" em direção a novos e diversificados parceiros, bem como a busca por projetos "livres das restrições americanas ITAR e alemãs BAFA", são indicativos claros dessa nova opção.

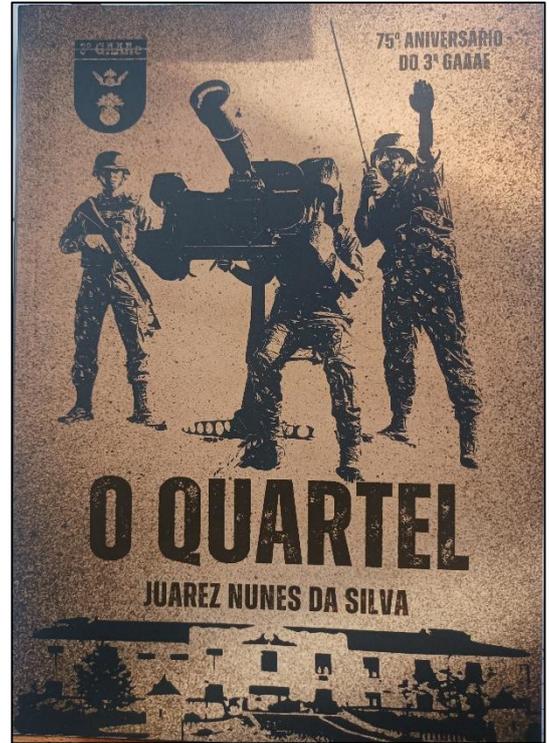
• Reforço da Base Industrial de Defesa (BID)

A BID é hoje responsável por aproximadamente 3,58% a 4% do PIB nacional e 2,9 milhões de empregos diretos e indiretos, segundo dados do MDIC. A crise pode ser o catalisador para um maior investimento e fomento à indústria nacional. Exemplos como o míssil antinavio MANSUP, produzido pela SIATT em parceria com o grupo EDGE (Emirados Árabes), mostram a capacidade brasileira. Embraer Defesa & Segurança e Avibras (caso se recupere) têm potencial para liderar projetos de sistemas de comando e controle e armamentos.

• Adoção de arquitetura aberta e nacionalização progressiva



LÉDERREY, Coronel E. A derrota alemã no Leste. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1955 (tradução do Major Eng Fernando Allah Moreira Barbosa). Doação do Gen Denardi.



SILVA, Juarez Nunes da. O Quartel. Caxias do Sul: Lorigraf, 2025. Doação do autor.

CULTURA GERAL

PARA QUE SERVE O PRATO QUE ACOMPANHA A XÍCARA DE CAFÉ?

Alguns vão pensar que o pires pequeno que acompanha o café serve para segurar a xícara sem se queimar, outros dirão que é perfeito para deixar a colher sem manchar a mesa e outros que é meramente decorativo.

A verdade é que nenhuma dessas respostas é a mais válida. E parece que tudo remonta ao século XVIII. Naquela época as pessoas não tomavam café na xícara, mas no pires.

Ressalta-se que naquela época os pires eram bem mais profundos, então a superfície era maior e fazia o café esfriar mais rápido.

Assim, a xícara servia apenas para guardar o precioso líquido até que fosse despejado no pires - o Café.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano,
Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;
Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;
Site do Núcleo Militar de Gramado/Rainha do Mar: www.nuclev.com;
Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de
Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>